

TJDFT

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Concurso Público
Editais de n.ºs 1 a 6/2000 – TJDFT

CARGO:
ANALISTA JUDICIÁRIO (NÍVEL SUPERIOR)
ÁREA: JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE: ATIVIDADE PROCESSUAL

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT
Concurso Público – Editais de n.ºs 1 a 6/2000 – TJDFT

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO (NÍVEL SUPERIOR)
ÁREA: JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE: ATIVIDADE PROCESSUAL

INSTRUÇÕES

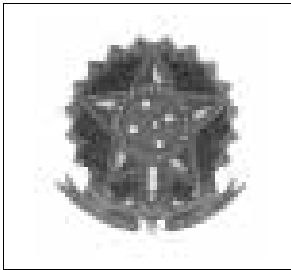
- 1 Este CADERNO consta de **cinquenta** questões objetivas, assim distribuídas: **dez** questões de **Língua Portuguesa**; **cinco** questões de **Noções de Informática**; **dez** questões de **Legislação Aplicada ao TJDFT**; e **vinte e cinco** questões de **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso este CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2000 – TJDFT, de 9/6/2000.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve levantar-se nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação (que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital, conforme consta no Edital n.º 1/2000 – TJDFT, de 9/6/2000) e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções ou nas Folhas de Rascunho e de Respostas poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

AGENDA

- I **7/8/2000** – Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas na Internet, nos endereços <http://www.cespe.unb.br> e www.tfdf.gov.br; e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **8 e 9/8/2000** – Recebimento de recursos das provas objetivas exclusivamente na Gerência de Atendimento, CESPE/UnB, em Brasília.
- III **22/8/2000** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a prova prática de capacidade física para a área de Serviços Gerais, Especialidade Segurança e Transporte, e do resultado final do concurso para as demais áreas e especialidades.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **DOS RECURSOS** das Instruções ao Candidato.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e o TJDFT prestarão, por telefone, informações relativas à posição do(a) candidato(a) no processo seletivo.
- É **proibida** a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa do CESPE/UnB.



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF
Concurso Público – Editais de n.ºs 1 a 6/2000 – TJDF

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO (NÍVEL SUPERIOR)
ÁREA: JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE: ATIVIDADE PROCESSUAL

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra **F** na **Folha de Respostas** não acarretará penalização; servirá somente para caracterizar que o(a) candidato(a) desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 1

- 1 O Brasil chega aos 500 anos do Descobrimento com
uma marca singular. É, a um só tempo, um país com um pé
na modernidade e outro no atraso. Foi chamado, por isso,
4 de Belíndia, metade Bélgica, metade Índia. Exibe ilhas de
excelência e bolsões de subdesenvolvimento. Está entre as
dez maiores economias do mundo, mas convive com
7 índices sociais semelhantes aos das mais miseráveis nações
africanas. Os contrastes e as contradições resultam do
modelo de desenvolvimento trilhado. O Brasil escreveu sua
10 história com as tintas do privilégio. A concessão de
vantagens a poucos em detrimento de muitos construiu o
país injusto que hoje conhecemos. A posse da terra, a
13 distribuição de monopólios, o acesso a financiamentos
governamentais, a escolha do modelo educacional e de
políticas públicas favoreceram grupos da elite.
16 Concentraram brutalmente a renda, marginalizaram
enormes contingentes, aumentaram o fosso que separa ricos
e pobres.
19 A distribuição desigual da riqueza virou pedra no
caminho do desenvolvimento. Inserido na globalização, o
Brasil viu-se forçado a olhar para fora de suas fronteiras e
22 a convencer-se de que só terá vez no fechadíssimo clube
dos países de ponta se responder ao grande desafio de
distribuir. Viu-se também obrigado a compreender que
25 quadros profissionais altamente qualificados são a matéria-
prima exigida pela competição econômica. Ao relegar seus
cidadãos à subnutrição e à escola de baixa qualidade, o
28 Brasil trai seu futuro.

Correio Braziliense, 22/4/2000, p. 38 (com adaptações).

Em relação ao texto, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Se a expressão “a um só tempo” (l.2) fosse substituída pelo advérbio **simultaneamente**, o período permaneceria de acordo com as exigências da língua padrão.
(B) Nas linhas de 2 a 7, o recurso estilístico/sintático de elipse em relação a substantivos antecedentes é utilizado como forma de estabelecer coesão e evitar repetição lexical.
(C) O termo “trilhado” (l.9) tem o sentido de **percorrido**.
(D) No segundo parágrafo, verbos como **ver**, **convencer**, **compreender** e **trair**, que se associam semanticamente a agentes animados, são utilizados com referência ao “Brasil”, configurando o recurso estilístico da personificação.
(E) Os recursos metafóricos e retóricos utilizados no texto comprovam que se trata de linguagem coloquial, informal.

QUESTÃO 2

Julgue os itens seguintes quanto à correção gramatical.

- I - O Brasil tem um parque industrial instalado equiparável aos melhores do mundo e é dos poucos países com possibilidade de expansão de fronteiras agrícolas.
II - Concretizá-las pressupõe superar os limitadores ligados à brutal concentração de renda e à elitização do equipamento educacional. Impõem-se a melhoria da qualidade da gestão pública.
III - A escala econômica propicia ao Brasil natural liderança entre os países da América Latina. As potencialidades brasileiras são enormes, mas, no mundo globalizado, não são suficientes.
IV - Pode-se considerar o Brasil uma das poucas nações com real capacidade de gerar um grande mercado interno pela agregação à economia capitalista dos estratos sociais ainda excluídos.
V - O setor privado adaptou-se à realidade da economia digitalizada e adotou metodologia moderna de administração em busca de eficiência e competitividade. O setor governamental, apesar da política de desestatização, continua padecendo de grandes deficiências de qualidade de gestão e probidade.

Itens adaptados de Correio Braziliense, 22/4/2000, p. 38.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 3

Assinale a opção em que a redação está de acordo com as exigências da modalidade escrita da língua padrão.

- (A) Comemorar os cinco séculos da chegada de Cabral a Ilha de Vera Cruz obriga à examinar o passado e aprender com ele. A lição enfatiza a urgência de superar as opções que perpetuam os contrastes. Criatividade e inovação são disciplinas obrigatórias para se chegar a uma sociedade mais justa.
(B) Comemorar os cinco séculos da chegada de Cabral à Ilha de Vera Cruz nos obriga a examinar o passado e a aprender com ele. A lição enfatiza a urgência de superar as opções que perpetuam os contrastes. Criatividade e inovação são disciplinas obrigatórias para que cheguemos a uma sociedade mais justa.
(C) Comemorar os cinco séculos da chegada de Cabral a Ilha de Vera Cruz obriga a examinarem o passado e aprender com ele e a lição enfatiza a urgência de superar às opções que perpetuam os contrastes. Criatividade e inovação são disciplinas obrigatórias para chegar numa sociedade mais justa.
(D) Comemorar os cinco séculos da chegada de Cabral à Ilha de Vera Cruz obriga-lhes examinar o passado e aprenderem com ele. A lição, enfatiza a urgência de superar as opções que perpetuam os contrastes. Criatividade e inovação são disciplinas obrigatórias para chegarem a uma sociedade mais justa.
(E) Comemorar os cinco séculos da chegada de Cabral na Ilha de Vera Cruz obriga-nos examinar o passado e aprendermos com ele essa lição, enfatiza a urgência por superar as opções em que perpetuam os contrastes. Criatividade e inovação são disciplinas obrigatórias para chegar a uma sociedade mais justa.

Opções adaptadas de Correio Braziliense, 22/4/2000, p. 38.

Texto LP-I – questões de 4 a 6

Nunca a arte brasileira foi tão popular

Venha ver a mais completa mostra de arte já feita no Brasil. Mais de 15 mil obras integradas a cenografias especiais para você viajar no tempo e no espaço.

Parque do Ibirapuera – SP, a partir de 25 de abril até setembro.

Informações no *site* www.br500anos.com.br

Ingressos: 0800-780500

Arte como você nunca viu. Brasil+500

Mostra do Redescobrimento

Veja Especial, n.º 17, p. 41 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Assinale a opção **incorreta** em relação ao texto LP-I.

- Ⓐ No primeiro período, o uso do verbo no modo imperativo (“Venha”) é adequado para o texto publicitário.
- Ⓑ O segundo período do texto apresenta linguagem sintética, própria da propaganda, e poderia ser desdobrado em: **Há mais de 15 mil obras integradas a cenografias especiais para que você viaje no tempo e no espaço.**
- Ⓒ No segundo período, a substituição da preposição “a” por **em**, transformando a expressão em **integradas em cenografias**, é uma possibilidade da língua portuguesa, mas imprópria para o contexto.
- Ⓓ O uso do pronome “você” é um recurso de aproximação ao leitor que torna o texto informal.
- Ⓔ A opção pela linguagem hiperbólica, superlativa, é evidenciada pela escolha de expressões como: “**Nunca**”, “**tão popular**”, “a mais completa”, “**nunca viu**”.

Texto LP-II – questões 5 e 6

1 Há muitas coisas para serem vistas e avaliadas na enorme Mostra do Redescobrimento, no Parque do Ibirapuera. Principalmente a estrutura megalomaniaca, inflada, cheia de 4 improvisações e leituras rasas. Uma estrutura que confunde museologia com cenografia, meios com finalidades. A mostra parece ter corporificado uma das piores pragas do Brasil: o 7 ranço bacharelesco dos adjetivos vazios e das hipérboles, da afetação e dos preciosismos; as palavras descoladas de intenções verdadeiras, que corroem os discursos oficiais.

10 O triunfalismo da “maior mostra de arte realizada no Brasil”, como trombetaia a propaganda, aposta na falta de memória do público. Que país e que cultura estão demonstrados 13 nesses pavilhões? Em relação à Mostra, assim como ocorre com os discursos oficiais, a realidade tem por hábito ultrapassar e desmentir certas formulações.

Angélica de Moraes. “Caderno 2”. In: *O Estado de S. Paulo*, 30/4/2000, p. D10 (com adaptações).

QUESTÃO 5

Em relação aos textos LP-I e LP-II, assinale a opção correta.

- Ⓐ No texto LP-II, a expressão “leituras rasas” (l.4) corresponde à idéia de interpretações que se baseiam em fundamento crítico ou teórico.
- Ⓑ Denotativamente, a palavra “ranço” (l.7, texto LP-II) significa **alteração que o contato com o ar produz nas substâncias gordurosas e que se caracteriza por cheiro forte e sabor desagradável**, mas está utilizada, no texto, com o sentido figurado de **caráter antiquado, vestígio inadequado**.
- Ⓒ As idéias centrais do texto LP-II apresentam uma direção argumentativa que está de acordo com as afirmações da propaganda do texto LP-I.
- Ⓓ No texto LP-II, a expressão “trombetaia” (l.11) está sendo utilizada em sentido denotativo.
- Ⓔ Infere-se do texto LP-II que a Mostra do Redescobrimento é um retrato fiel da pluralidade e do multiculturalismo brasileiro.

QUESTÃO 6

Texto LP-III

1 Uma das questões que a Mostra do Redescobrimento vem pôr em xeque é justamente a relação habitual do grande público com exposições de arte. Está em jogo uma discussão 4 acerca da função dos museus, que divide os críticos há algumas décadas. De um lado, encontram-se os defensores do museu como repositório de tesouros, uma espécie de lugar sagrado, 7 visitado por especialistas e peregrinos. Do outro, os adeptos da idéia de que o museu é também um espaço de entretenimento.

Carlos Graieb. *Veja*, 26/4/2000, p. 180 (com adaptações).

Com base nos textos LP-I, LP-II e LP-III, julgue os itens a seguir.

- I - O texto LP-III analisa duas posições em relação à arte e aos museus: uma delas configura-se na forma da propaganda apresentada no texto LP-I e associa arte a entretenimento, e a outra condiz com as opiniões do texto LP-II e exige mais rigor *museológico* na organização das mostras.
- II - Em face da mesma regra de acentuação gráfica, o verbo “pôr” (l.2, texto LP-III) e seus derivados **dispôr**, **opôr**, **impôr** e **propôr** são acentuados.
- III - A expressão “pôr em xeque” (l.2, texto LP-III) está sendo utilizada no sentido de **pôr em dúvida, questionar, polemizar a respeito de um tema**.
- IV - A palavra “repositório” (l.6, texto LP-III) tem o significado de **depósito especial, lugar próprio para guardar**.
- V - Uma conclusão coerente e coesa em relação ao texto LP-III é: **A Mostra do Redescobrimento está mais próxima dessa segunda visão, tanto que os módulos contam com cenografia de parque temático.**

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

QUESTÃO 7

Os fragmentos a seguir são trechos de um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- I - Afinal, é essa produção extremamente rica e diversificada que reflete o imaginário do povo brasileiro, seja ela uma produção anônima, ligada a tradições e costumes regionais, seja obra de um artista específico, como as cerâmicas de mestre Vitalino.
- II - Os curadores procuraram estabelecer uma diferença clara entre folclore e arte e desenvolver uma reflexão inovadora sobre esse universo.
- III - Em outras palavras, o mote central deste módulo é a idéia de resistência cultural. Outros dois aspectos predominam de forma inquestionável: a religiosidade e o carnaval. A observação cuidadosa das obras revelará ao espectador todo o esplendor dessa arte feita pelo povo.
- IV - O caminho adotado para atingir esses dois objetivos foi privilegiar três vertentes: a ancestralidade, o arcaísmo e a permanência dessas expressões artísticas genuinamente brasileiras.
- V - O segmento dedicado à arte popular talvez seja o que mais faça sentido na Mostra do Redescobrimento, que tem por objetivo primordial investigar a história do país pelo ponto de vista das artes visuais.

Fragmentos adaptados de Maria Hirszman. "Caderno 2",
In: O Estado de S. Paulo, 22/4/2000, p. D14.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, assinale a opção correta.

- (A) O fragmento I refere-se, por meio da expressão "é essa produção", aos termos "folclore e arte", citados no fragmento II, ao qual deve suceder.
- (B) O fragmento II apresenta uma idéia introdutória e, por isso, deve ser o primeiro do texto.
- (C) A expressão "Em outras palavras", no fragmento III, cria uma relação de dependência com o fragmento IV, constituindo uma seqüência lógica e coerente entre tais fragmentos.
- (D) Os "dois objetivos" referidos no fragmento IV estão explicitados no fragmento V.
- (E) A seqüência III, V, IV, I, II obedece às exigências de coesão e coerência para a organização do texto.

QUESTÃO 8

No texto abaixo, cada termo em negrito corresponde à opção que o segue.

A Justiça do Trabalho tem prestado notórios serviços ao país, pois **desempenhando** (A) relevante papel no tocante à (B) manutenção da paz social entre empregados e empregadores, restabelecendo o equilíbrio social e jurídico entre o capital e o trabalho. No **dia-a-dia** (C), a Justiça do Trabalho procura dar vida à (D) Constituição, amparando o empregado, parte mais fraca da relação de emprego, no seu direito a (E) trabalho, a salário e a cidadania.

Dárcio Guimarães de Andrade. "Direito e justiça",
In: Correio Braziliense, 10/7/2000 (com adaptações).

Assinale a opção que corresponde a **erro** gramatical no texto.

- (A) (B) (C) (D) (E)

QUESTÃO 9

- 1 O conjunto de mais de 300 peças do módulo **Imagens do**
 4 **Inconsciente** expostas na Mostra do Redescobrimento representa uma reafirmação da importância das obras criadas
 7 em confinamentos psiquiátricos na história da arte brasileira. Mais que isso, a mostra é um reconhecimento importante da luta da Dr.^a Nise da Silveira (1906-1999). Sua causa continua a ser
 10 defendida por um grupo crescente de psiquiatras e psicanalistas que prosseguem com a bandeira da humanização no tratamento de pacientes com distúrbios mentais. Essa exibição valoriza a mensagem de vida da psiquiatra alagoana que substituiu eletrochoques pelo estímulo à criatividade.

Ana Weiss. "Caderno 2". In: O Estado de S. Paulo, 22/4/2000, p. D12 (com adaptações).

Com base no texto, julgue os itens abaixo.

- I - Caso a expressão "expostas na Mostra do Redescobrimento" (l.2) estivesse entre vírgulas, o significado do texto não sofreria alterações.
- II - A forma verbal "representa" (l.3) está no singular para concordar com "O conjunto" (l.1), mas poderia vir no plural para concordar com "mais de 300 peças" (l.1) e o período estaria igualmente correto.
- III - No texto, o uso da forma verbal na terceira pessoa do plural "prosseguem" (l.8) é opcional, pois a forma **prosegue** também estaria correta.
- IV - Após a palavra "alagoana" (l.10), poderia ser colocada uma vírgula e o período permaneceria correto.
- V - Infer-se do texto que o método de tratamento de doenças mentais empreendido pela médica alagoana tem sido reconhecido e seguido.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens I, II, III e V estão certos.
- (C) Apenas os itens I, III, IV e V estão certos.
- (D) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 10

Assinale a opção que apresenta uma definição correta de ata.

- (A) Resumo escrito que constitui registro de fatos, ocorrências, resoluções, decisões e deliberações de uma assembléia, sessão ou reunião.
- (B) Ato administrativo de correspondência entre agentes de uma mesma repartição, no qual, de maneira simples e direta, são tratados assuntos de rotina para conhecimento interno. Dispensa fórmulas de cortesia e demais formalidades.
- (C) Exposição circunstanciada de atividade administrativa, ou relato mais ou menos minudente que se faz por escrito, por ordem de autoridade superior ou no desempenho das funções do cargo que exerce.
- (D) Documento específico de solicitação, no qual o indivíduo expõe a matéria objeto do pedido. Compõe-se de vocativo (título funcional do destinatário), preâmbulo (nome, nacionalidade, estado civil, idade, residência e profissão do peticionário), contexto (objeto da solicitação) e fecho (fórmula terminal, data e assinatura).
- (E) Declaração firmada por alguém em razão do seu ofício, na qual afirma a verdade de um fato ou estado, ou a existência de uma obrigação, e que, fornecida a outrem, serve a este de documento.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Nas questões de 11 a 15, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção em relação aos programas, arquivos e diretórios utilizados.

QUESTÃO 11



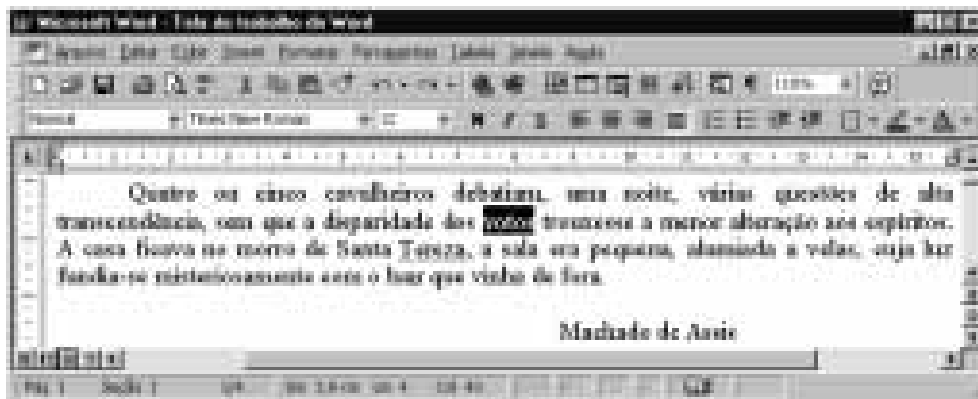
Um usuário da Internet, desejando obter informações acerca do concurso para analista judiciário do TJDF, utilizou um *site* de busca, por meio do *software* Internet Explorer 5, como mostra a figura acima. Nesse *site*, ele escreveu no quadro a palavra “tribunais” e clicou, em seguida, no botão . Como resultado, após algumas etapas intermediárias, ele obteve uma lista de endereços na Web de diversos tribunais. Com base nessa situação, julgue os itens que se seguem.

- I - Se o usuário tivesse escrito o endereço URL do TJDF no quadro do *site* de busca e clicado, em seguida, em , ele teria sido prontamente conectado ao *site* desse Tribunal.
- II - O procedimento adotado pelo usuário permite obter uma lista de tribunais, tanto do Distrito Federal (DF) quanto de outras unidades da Federação.
- III - Ao clicar no botão , a lista de tribunais encontrada pelo *site* de busca será enviada automaticamente para o endereço eletrônico do usuário.
- IV - Na tela do Internet Explorer 5 mostrada acima, o ato de clicar em tem o mesmo resultado de clicar no botão , localizado no canto inferior direito da tela, permitindo ao usuário movimentar-se na janela que contém a lista de tribunais encontrada pelo *site* de busca, podendo, assim, visualizar os endereços desses tribunais.
- V - Caso o usuário deseje fazer que a página do *site* de busca acima seja sua página inicial toda vez que acessar o Internet Explorer 5, poderá fazê-lo a partir do *menu* Ferramentas.

Estão certos apenas os itens









- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

Figura NI-I – questões de 12 a 14






QUESTÃO 12

Com relação à figura NI-I e ao Word 97, assinale a opção correta.

- (A) Considerando que nenhuma palavra na tela acima esteja formatada em negrito e que se queira formatar a palavra “ficava” em negrito, será suficiente selecionar essa palavra e clicar em .
- (B) Para copiar a palavra “cavalheiros” da posição em que está para outra posição, é correto adotar o seguinte procedimento: selecionar a palavra; pressionar simultaneamente as teclas ,  e ; clicar no ponto de inserção desejado; pressionar a tecla .
- (C) A função do botão  é permitir colorir desenhos criados pelo programa Paint, do Windows 95.
- (D) O procedimento correto para exibir a próxima página do documento é clicar em .
- (E) O ato de selecionar todas as palavras na primeira linha mostrada na tela e, em seguida, clicar em  fará que apareça uma lista de fontes, permitindo alterar a fonte da seleção.

QUESTÃO 13

Julgue os itens abaixo, relativos à figura NI-I e ao Word 97.







- I - Para ampliar a exibição na tela do documento ativo, é suficiente clicar em .
- II - Para inserir uma linha entre a primeira e a segunda linhas, é correto adotar o seguinte procedimento: clicar à direita da palavra “alta”, no final da primeira linha, e pressionar a tecla .
- III - Para alterar a cor da fonte utilizada na palavra “menor”, é suficiente selecionar essa palavra e clicar em .
- IV - Na primeira linha, um clique duplo entre as letras “o” e “e”, da palavra “noite”, irá selecionar essa palavra.
- V - O menu Arquivo possui a opção Configurar página... que permite, entre outras coisas, definir margens e orientação de página.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

QUESTÃO 14

Julgue os itens seguintes, relativos à figura NI-I e ao Word 97.

- I - A seguinte seqüência de ações fará que a palavra “cinco” seja movida para o final do parágrafo mostrado na figura, à direita do ponto final: selecionar a palavra “cinco”; clicar em ; clicar à direita do ponto final após a palavra “fora”; clicar em .
- II - Para inserir números de página no documento, é suficiente pressionar a tecla .
- III - Para sublinhar a palavra “menor”, é suficiente selecionar essa palavra e clicar em , no canto superior direito da tabela apresentada.
- IV - Quando ocorre um erro de digitação, o usuário pode revertê-lo imediatamente, pressionando, para isso, a tecla .
- V - O botão  permite alterar o número de colunas em um documento ou em uma seção de um documento.


A quantidade de itens certos é igual a



- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

QUESTÃO 15

A respeito do Excel 97 e da tela de trabalho desse programa, mostrada na figura ao lado, julgue os itens a seguir.




I - Para fechar o Excel, é suficiente clicar em .

II - Para adicionar uma borda à célula B3, é suficiente clicar na referida célula, clicar em  e pressionar a tecla .

III - Para copiar o conteúdo da célula D2 para a célula E5, é correto adotar o seguinte procedimento: clicar na célula D2; clicar no *menu* Editar e, posteriormente, em Copiar; clicar na célula E5; clicar no *menu* Editar e, posteriormente, em Colar.

IV - Para multiplicar por mil o número 300, contido na célula D3, é suficiente clicar na célula D3 e, em seguida, clicar em .

V - O ato de selecionar as células D2, D3 e D4 e clicar em  fará que tais células passem a conter, respectivamente, os números 150, 280 e 300.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (B) I e IV. (C) II e III. (D) III e V. (E) IV e V.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF

Para responder às questões de 16 a 18, considere exclusivamente o disposto na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT – Lei n.º 8.185, de 14 de maio de 1991), com as alterações introduzidas pelas leis posteriores, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dela com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 16

No que diz respeito à composição e à competência dos órgãos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), assinale a opção correta.

- (A) Se o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ajuizar ação penal contra autoridade que tenha foro privilegiado no Pleno do TJDFT, essa ação não poderá ter como relator o presidente do Tribunal.
- (B) Se o presidente do Tribunal presidir sessão de julgamento do Pleno, não poderá votar em hipótese alguma, salvo se houver sido designado relator.
- (C) Se algum cidadão fizer requerimento administrativo cujo exame seja de competência de órgão que o presidente do Tribunal integre, este não poderá votar em caso algum.
- (D) Considere a seguinte situação hipotética:
O desembargador Ptolomeu Mendonça foi eleito para o cargo de vice-presidente do TJDFT em um determinado mandato. Ao atravessar uma via pública, um motorista alcoolizado atropelou-o, causando-lhe a morte, poucos dias após a eleição. Nessa situação, caberá ao corregedor acumular a função de vice-presidente até o término do mandato.
- (E) Considere a seguinte situação hipotética:
Maria Amorim é desembargadora do TJDFT e tem um sobrinho, Claudionor Amorim, que é juiz de direito do DF. Claudionor veio a ser promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador daquele Tribunal.
Nessa situação, uma vez que a promoção do sobrinho decorreu apenas de fatores objetivos, nada impede que o novo desembargador venha a integrar qualquer um dos órgãos fracionários do Tribunal.

QUESTÃO 17

Em relação à competência do TJDFT, julgue os itens seguintes.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:
Ludmila é secretária do governo do DF e, em certa ocasião, em um gesto impensado, matou, com vontade livre e consciente, usando arma de fogo, uma pessoa por quem nutria rancor. O crime ocorreu durante uma discussão que ela e a vítima tiveram na residência desta, em Taguatinga – DF.
Nessa situação, Ludmila, apesar do cargo que ocupa, deverá submeter-se ao tribunal do júri competente para julgar os homicídios ocorridos naquela cidade.
- II - O TJDFT tem competência para processar e julgar mandados de injunção, desde que a norma regulamentadora cuja inexistência justifique a impetração caiba a órgão, ente ou autoridade do DF.
- III - Se um cidadão ajuizar ação rescisória contra acórdão do TJDFT, caberá ao próprio Tribunal o julgamento dela.
- IV - Se um juiz produzir um ato processual do qual não caiba recurso ou que, importando em erro de procedimento, possa causar dano irreparável ou de difícil reparação, contra esse ato o único remédio processual adequado será o ajuizamento de mandado de segurança.
- V - Apesar de competir ao TJDFT o julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato do governador do DF, essa Corte não tem competência para apreciar *habeas corpus* impetrado contra ato da mesma autoridade.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 18

Acerca da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) cuja competência é do TJDFT, assinale a opção correta.

- (A) A ação cabe contra lei distrital, ato normativo produzido no âmbito do DF ou contra a Lei Orgânica do DF, naquilo em que se contrapuserem à Constituição da República.
- (B) Entre outros órgãos, entes e autoridades, têm legitimidade para ajuizar a ADIn o Procurador-Geral da República e partido político com representação no Congresso Nacional ou na Câmara Legislativa.
- (C) Entidades sindicais ou de classe com atuação no DF detêm legitimidade para propor a ação, bastando, para tanto, que o objeto dela seja de competência do TJDFT e que tenham recebido autorização da assembléia geral ou do órgão equivalente, segundo seus estatutos.
- (D) Representará o ministério público nessa ação o Procurador-Geral de Justiça ou, na ausência deste, o Procurador-Geral da República.
- (E) Cabe a concessão de medida cautelar no processo da ADIn de competência do TJDFT, a qual, no entanto, depende do voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou de seu órgão especial.

Para responder às questões de 19 a 22, considere exclusivamente o disposto no Regimento Interno do TJDFT (RITJDFT), pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dele com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 19

Acerca da competência dos órgãos do TJDFT, julgue os itens a seguir.

- I - Se um membro do MPDFT cometer crime cujo julgamento seja competência do TJDFT, deverá ser julgado pelo Tribunal Pleno.
- II - Considere a seguinte situação hipotética:
No julgamento de uma apelação cível, o apelante demonstrou que as turmas cíveis do Tribunal vinham decidindo acerca da matéria jurídica da causa de maneira díspar. Por isso, suscitou incidente de uniformização de jurisprudência, cujo processamento foi deferido pela turma competente para apreciar a apelação.
Nessa situação, compete ao Conselho Especial do Tribunal o julgamento do incidente.
- III - Se, durante o recesso forense, um cidadão precisar impetrar *habeas corpus* contra ato de autoridade sujeita à competência do Tribunal, o pedido será apreciado pelo Conselho Especial.
- IV - Se um cidadão ajuizar ação rescisória contra sentença de juiz de direito do DF, o julgamento dela competirá a uma das câmaras cíveis do Tribunal.
- V - Se, em um processo de competência do tribunal do júri, o MPDFT requerer o desaforamento da causa, caberá a uma das turmas criminais julgar esse incidente.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III. (C) II e IV. (E) III e IV.
- (B) I e V. (D) II e V.

QUESTÃO 20

No que se refere aos desembargadores do TJDFT e ao processo no Tribunal, assinale a opção correta.

- (A) Se um desembargador em gozo de férias comparecer a uma sessão de julgamento para proferir voto em um processo ao qual esteja vinculado, poderá fazê-lo, desde que cumpridos certos requisitos; disso surgirá para ele direito a compensação quanto ao período de férias.
- (B) É possível a convocação de juiz de direito para substituir desembargador nas câmaras e turmas, desde que o afastamento do substituído deva perdurar por mais de trinta dias; nesse caso, além dos demais requisitos regimentais, deve-se observar a ordem decrescente de antiguidade dos juizes, sendo convocados aqueles que obtiverem votação favorável da maioria absoluta dos integrantes do Conselho Especial.
- (C) Após aposentar-se, o membro do Tribunal mantém o direito a ser tratado como desembargador, mas deixa de ser necessário o tratamento de "Excelência".
- (D) Se um indivíduo ajuizar ação penal de iniciativa privada contra outro, em processo de competência originária do TJDFT, por haver sofrido crime contra a honra, não precisará efetuar preparo, providência igualmente desnecessária no caso de denúncia oferecida pelo ministério público.
- (E) Em qualquer processo de competência do Tribunal no qual a parte interessada deseje requerer a dispensa de preparo, a competência para apreciar o requerimento será do presidente do órgão.

QUESTÃO 21

Com referência ao processo judicial no TJDFT, assinale a opção **incorreta**.

- (A) É juridicamente possível que a distribuição dos feitos no TJDFT se realize mediante sorteio manual.
- (B) Se um desembargador estiver obrigado a aposentar-se compulsoriamente, por idade, no dia 1.º de setembro de 2001, ele não deverá receber mais a distribuição de nenhum processo a partir de 1.º de junho daquele ano, caso em que se deverá convocar substituto.
- (C) Se um determinado recurso for levado à distribuição e o setor respectivo constatar que um desembargador está legalmente impedido de participar do julgamento, deverá, desde logo, registrar essa circunstância no termo de autuação e distribuição e anotar o impedimento na capa dos autos.
- (D) Se um desembargador integrante de uma turma cível requerer remoção para uma turma criminal, todos os processos que lhe hajam sido distribuídos até a data da remoção deverão ser por ele julgados na turma de que proveio, pois a remoção, assim como a permuta, não implica redistribuição.
- (E) Se o réu em um processo criminal de competência do TJDFT provar que cumpriu de maneira integral a pena privativa de liberdade a que fora condenado, o relator não estará necessariamente obrigado a expedir alvará de soltura em favor do apenado.

QUESTÃO 22

Quanto ao papel de revisor e às pautas de julgamento no TJDF, julgue os itens abaixo.

- I - Quando um juiz substituir desembargador no TJDF, sua antiguidade, para efeito de sua designação como revisor, será considerada como a do desembargador substituído.
- II - Deve haver revisor em todas as apelações cíveis de competência do Tribunal.
- III - A inclusão de processos em pauta para julgamento está sujeita a número máximo por sessão, aí compreendidos os processos não-julgados em sessões anteriores, bem como a uma determinada ordem de precedência de certos processos sobre outros.
- IV - A despeito dos princípios do devido processo legal e da publicidade dos julgamentos judiciais, a publicação de pauta não é obrigatória para todos os processos.
- V - Se um processo for incluído em pauta para uma determinada sessão e nela não houver tempo para que seja julgado, dispensar-se-á a publicação de nova pauta com a antecedência mínima regimental em relação à nova sessão, desde que o Tribunal faça publicar edital anunciando que realizará sessão extraordinária para julgamento de processos nessa situação.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

Para responder às questões de 23 a 25, considere exclusivamente o disposto no Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dele com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 23

Em relação às atribuições dos juizes, assinale a opção correta.

- (A) Cabe exclusivamente aos juizes praticar atos de impulso processual.
- (B) Cabe ao juiz determinar em cada ano o mês no qual realizará a inspeção anual do juízo.
- (C) Toda carta precatória somente poderá ser cumprida após o respectivo preparo.
- (D) Não ocorrendo o preparo de carta precatória no prazo devido, o juiz determinar-lhe-á o imediato arquivamento.
- (E) Considere a seguinte situação hipotética:
Em um processo criminal, foram apreendidas armas em situação irregular em poder dos réus. Tomando conhecimento disso, um juiz de vara criminal do DF expediu ofício ao juiz responsável pelo processo, solicitando-lhe, por empréstimo, a cessão de uma das armas para utilizá-la na própria defesa, em razão de ameaças que vinha sofrendo.

Mesmo considerando que os magistrados têm, por lei, autorização para portar arma destinada à defesa pessoal, nessa situação o juiz do processo deveria indeferir o empréstimo da arma à autoridade solicitante.

QUESTÃO 24

Acerca das atribuições do juiz criminal e dos juzizados especiais cíveis e criminais, julgue os itens seguintes.

- I - Valores decorrentes de multas fixadas em sentenças penais condenatórias ou de fianças quebradas ou perdidas devem ser repassados ao tesouro nacional, por intermédio da Corregedoria.
- II - Se um réu estiver preso e for condenado, a secretaria deverá requisitar a presença dele à autoridade policial para que, na secretaria, seja pessoalmente intimado da sentença condenatória.
- III - Uma vez expedido mandado de prisão que não venha a ser cumprido, embora ainda em vigor, cabe ao juiz renová-lo periodicamente, a fim de que a medida tenha eficácia, independentemente de requerimento do ministério público.
- IV - Se um membro do MPDFT, apesar de regularmente intimado, não comparecer, de maneira injustificada, a uma audiência, deve o juiz simplesmente realizá-la, abstendo-se de adotar qualquer outra providência.
- V - Ao promotor de justiça com atuação no juízo é facultado acompanhar a inspeção anual nos processos da vara; não cabe ao juiz nenhuma providência além de permitir esse acompanhamento.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III. (B) I e V. (C) II e III. (D) II e IV. (E) IV e V.

QUESTÃO 25

Acerca dos plantões, dos servidores dos ofícios judiciais e dos oficiais de justiça-avaliadores, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Considere a seguinte situação hipotética:
Tâmara, advogada de Bruna, impetrou *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal praticado por um desembargador. Em razão das circunstâncias, o *habeas corpus* teve de ser ajuizado durante o horário de plantão, tendo a petição sido encaminhada ao juiz plantonista para análise.
Nessa situação, não cabia ao juiz plantonista apreciar o *habeas corpus*.
- (B) Os requerimentos de natureza cível distribuídos no plantão devem ser encaminhados para o juiz de direito especificamente designado para o plantão cível.
- (C) Considere a seguinte situação hipotética:
Baltazar é servidor lotado em uma vara cível e amigo do advogado Filipe. Certo dia, Filipe telefonou para Baltazar, dizendo encontrar-se na sala dos advogados do fórum e precisando fazer cópia de documentos de um determinado processo. Solicitou, então, a Baltazar que lhe levasse os autos para a cópia, uma vez que estava prestes a ingressar em uma audiência que se estenderia pelo resto do expediente. Como Baltazar não estava com serviço atrasado na ocasião, considerou que não haveria mal em auxiliar o amigo e levou-lhe os autos.
Nessa situação, Baltazar praticou falta grave.
- (D) Considere a seguinte situação hipotética:
Émerson é diretor de secretaria de uma vara e, em certo dia, precisou ausentar-se dela para fazer o pagamento, em um banco, de um débito seu, cujo vencimento ocorria naquele dia, sob pena de multa em caso de não-pagamento. Nesse dia, não compareceu ao trabalho o substituto legal de Émerson. Em razão disso, embora o estabelecimento bancário possuísse um posto no próprio fórum e apesar de colegas seus afirmarem que não haveria problema se ele se ausentasse por apenas alguns minutos, o diretor preferiu permanecer na vara e suportar a multa pelo pagamento fora do prazo.
Nessa situação, Émerson agiu corretamente.
- (E) No caso de *habeas corpus*, o juiz plantonista não necessita limitar-se a apreciar requerimentos de medida liminar, pois pode julgá-los por sentença.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ No momento presente, a criação de um território federal se implementaria independentemente de consulta à população diretamente envolvida, diversamente, portanto, do processo de criação de novos estados e municípios.
- Ⓑ Sabendo que na fronteira do Brasil com o Paraguai situam-se as cidades de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no lado paraguaio, separadas por uma avenida, e considerando que a Constituição da República define como bem da União a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura de fronteira terrestre, então os imóveis localizados naquela cidade brasileira pertencem à União, ocorrendo sua ocupação a título de enfiteuse, nos moldes dos terrenos de marinha.
- Ⓒ Para que o poder público pudesse privatizar o serviço postal brasileiro, permitindo a sua exploração por meio de autorização, concessão ou permissão, seria necessária a aprovação de uma emenda constitucional nesse sentido.
- Ⓓ Como ente integrante da Federação, o DF possui Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário próprios, além de eleger representantes para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Todavia, da mesma forma que a saúde, a educação e a segurança, o Poder Judiciário do DF é mantido pela União, embora a sua organização, legalmente definida, seja atribuição da Câmara Legislativa local, com iniciativa do TJDF.
- Ⓔ Considere a situação hipotética a seguir.
- Um município brasileiro editou lei contendo normas gerais sobre o combate à poluição na municipalidade. A par disso, foram adotadas normas específicas sobre essa mesma matéria, entre as quais a imposição do rodízio de veículos, conforme o número final da placa, liberados para trafegar na região central da sede do município.
- Nessa situação, se a União editasse normas gerais sobre o combate à poluição, ficaria suspensa a eficácia da lei municipal, no que lhe fosse contrário.

QUESTÃO 27

Acerca da organização dos poderes da República, julgue os itens abaixo.

- I - Sabendo que a Câmara dos Deputados é integrada por quinhentos e treze parlamentares, pode-se concluir, então, que uma lei ordinária votada em plenário pode ser aprovada com apenas cento e vinte e nove votos a favor do respectivo projeto.
- II - Considere a situação que se segue.
- Recentemente, a mídia transmitiu excertos de sessão do Senado Federal em que dois parlamentares proferiram palavras ofensivas à honra um do outro, atribuindo-se reciprocamente as pechas de “ladrão” e “corrupto”.
- Nessa situação, amparados pela imunidade material, que exime o parlamentar do enquadramento no tipo penal, os dois senadores não cometeram crime.
- III - Caso o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no exercício de sua competência privativa, encaminhasse ao Poder Legislativo proposta de criação de outros três tribunais regionais do trabalho, então a tramitação do referido projeto de lei teria início obrigatoriamente na Câmara dos Deputados, não sendo permitido ao presidente da República solicitar urgência para a apreciação desse projeto.
- IV - As contas apresentadas pelo ordenador de despesas do TJDF são julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na eventualidade de se constatar ilegalidade nessas contas, pode-se impor multa ao responsável, decisão essa com eficácia de título executivo, cuja execução se processaria perante a primeira instância da justiça federal.
- V - Caso o presidente da República empossado em 1990 renunciasse ao mandato naquele mesmo ano e o vice sofresse *impeachment* em 1993, então o Congresso Nacional elegeria os novos presidente e vice-presidente da República.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 28

Ainda com relação à organização do Estado brasileiro e dos poderes da República, julgue os itens abaixo.

- I - Considerando que um projeto de lei fosse aprovado pela Câmara dos Deputados e, remetido ao Senado Federal, viesse a ser rejeitado por essa casa revisora, então o projeto haveria de ser restituído à Câmara para novo turno de votação e discussão, sendo enviado à sanção presidencial na hipótese de aprovação nessa nova votação.
- II - Considere a situação hipotética a seguir.
Em um município, instituiu-se adicional por tempo de serviço em favor dos respectivos servidores públicos, equivalente a 5% do vencimento básico por quinquênio trabalhado. Jonas, servidor municipal há nove anos, passou a perceber adicional de R\$ 30,00, quando da instituição dessa vantagem. Sua remuneração, outrossim, restringia-se ao vencimento básico e ao adicional novel. Nessa situação, completando dez anos de serviço, Jonas passaria a perceber remuneração de R\$ 661,50.
- III - É incabível o ajuizamento de ação perante o Poder Judiciário, mesmo de mandado de segurança, contra a tramitação de projeto de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de governo. O questionamento perante o Poder Judiciário só seria possível após a promulgação da emenda.
- IV - Caso houvesse compatibilidade de horários, não haveria impedimento a que um servidor do TJDFT fosse contratado como digitador por uma empresa do setor privado.
- V - Compete ao TJDFT processar e julgar, originariamente, o governador do DF nos crimes comuns, competindo à Câmara Legislativa processá-lo e julgá-lo pela prática de crimes de responsabilidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

RASCUNHO**QUESTÃO 29**

Julgue os itens a seguir, relativos à competência dos órgãos do Poder Judiciário.

- I - Caso os Estados Unidos da América demandassem contra o município de Luziânia – GO, a respectiva ação seria processada e julgada perante a primeira instância da justiça federal.
- II - Nos crimes de responsabilidade, os desembargadores do TJDFT são processados e julgados pela Câmara Legislativa do DF.
- III - Considere a situação hipotética a seguir.
Um segurado da previdência social ajuizou, perante a justiça estadual, ação de revisão de benefício. Entendendo que o domicílio do autor não era na comarca, mas, sim, na capital do estado, o juiz de direito remeteu os autos àquela seção judiciária da justiça federal. Nessa situação, eventual conflito de competência entre os dois juízos seria dirimido pelo Tribunal Regional Federal.
- IV - As ações de improbidade administrativa e as ações populares ajuizadas contra o presidente da República são processadas e julgadas, originariamente, perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- V - Compete ao STF processar a execução de sentença estrangeira e a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (C) II e IV. (E) IV e V.
(B) I e III. (D) III e V.

QUESTÃO 30

Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Um desembargador do TJDFT alçado à Corte para ocupar vaga destinada a advogados poderá ser escolhido para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em vaga destinada a desembargadores.
- (B) À exceção do pagamento das obrigações definidas em lei como de pequeno valor, os pagamentos de débitos de natureza alimentícia oriundos de sentença judicial transitada em julgado, devidos pelo DF, são efetuados por meio de precatórios.
- (C) Salvo as que contrariarem a Constituição da República e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral são irrecorríveis.
- (D) Considere a situação hipotética que se segue.
Em sede de reclamação trabalhista, o juiz do trabalho concluiu, quando da prolação da sentença, que o empregador não havia efetuado o recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Nessa situação, sobrevivendo o trânsito em julgado da sentença, o juiz do trabalho poderia executar, de ofício, o débito relativo àquela contribuição.
- (E) A competência da justiça militar é definida em razão da matéria e não em razão da pessoa.

QUESTÃO 31

Assinale a opção correta acerca dos processos administrativos.

(A) Considere a seguinte situação hipotética.

Consultado acerca da interpretação adequada que se deveria dar a determinada norma administrativa que definia a contagem de prazos nos processos administrativos, o setor competente de uma autarquia federal definiu, em extenso arrazoado, qual era a interpretação que melhor garantia o atendimento do fim público a que se dirigia a norma. Seguiu-se, então, ato formal da presidência da autarquia, adotando a interpretação sugerida e determinando a sua observância de forma vinculativa no âmbito daquela entidade.

Nessa situação, não haveria óbice a que um ato praticado em processo administrativo sob outra interpretação acerca da contagem dos prazos, ocorrido antes da formulação da consulta e da adoção da interpretação vinculativa, viesse a ser considerado intempestivo.

(B) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

(C) Considerando que um diretor do TJDF, sob argumentos de relevância, excepcionalidade e temporariedade, avocasse a competência originária sobre determinado processo administrativo do chefe de uma divisão vinculada àquela diretoria, então seriam nulos os atos praticados pela autoridade avocante, haja vista os princípios da irrenunciabilidade e inderrogabilidade da competência administrativa.

(D) A intimação de quem esteja respondendo a processo administrativo não pode ser efetivada por meio de mensagem enviada por correio eletrônico, uma vez que a lei dispõe taxativamente as formas pelas quais as intimações devem ser efetivadas.

(E) A conduta do administrado, consistente em deixar de atender a intimação para apresentação de defesa em processo administrativo, importa reconhecimento da verdade dos fatos contra ele articulados.

QUESTÃO 32

Julgue os itens que se seguem, relativos ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais.

I - Considerando que um servidor da Fundação Universidade de Brasília (FUB) viesse a ser aprovado em concurso público para o cargo de analista judiciário do TJDF, então a hipótese adequada para a vacância do cargo do quadro funcional da FUB seria a exoneração a pedido.

II - Um servidor ocupante de cargo efetivo pode desenvolver-se na carreira, mediante promoção, mas, para movimentar-se no quadro funcional, de uma carreira para outra, ambas adstritas ao mesmo órgão, deverá, necessariamente, submeter-se a concurso público específico.

III - O servidor que falta ao serviço injustificadamente perde a remuneração do dia em que se ausenta e do repouso semanal remunerado. A inassiduidade habitual, outrossim, é causa ensejadora da aplicação da penalidade de demissão.

IV - Considere a situação hipotética a seguir.

Mévio, nomeado em comissão para o TJDF, entrou em exercício no respectivo cargo no dia 15/3/99, com remuneração mensal de R\$ 3.400,00. Todavia, em 16/11/99, Mévio foi exonerado do cargo, por deliberação da autoridade competente.

Nessa situação, Mévio teria direito a perceber gratificação natalina superior a R\$ 2.500,00, pelo período em que esteve no exercício do cargo comissionado.

V - Considere a situação hipotética que se segue.

Satisfeito o tempo de serviço necessário, foi deferido pela autoridade competente o pleito de Caio para afastar-se por três meses do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar de curso de capacitação profissional. Vencido o prazo da licença, Caio retornou, regularmente, ao exercício do cargo. Um ano depois, contudo, requereu autorização para afastar-se do país por quatro anos, para estudar na Alemanha em nível de doutorado.

Nessa situação, a licença anterior não obstará a concessão do afastamento para estudar no exterior.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

RASCUNHO

QUESTÃO 33

Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos civis federais, assinale a opção correta.

- (A) Se um servidor do TJDFT opusesse resistência injustificada ao andamento de um processo, sua conduta ensejaria a aplicação da penalidade de demissão, ainda que ele não fosse reincidente.
- (B) O servidor demitido em decorrência de condenação em processo judicial pela prática de improbidade administrativa somente poderá reingressar no serviço público, em cargo efetivo ou comissionado, após oito anos do trânsito em julgado da sentença.

- (C) Considere a situação hipotética que se segue.

No exercício de cargo em comissão, mas sem vínculo efetivo com o serviço público, Marcos manteve sua companheira em função de confiança, sob sua chefia imediata.

Nessa situação, a penalidade cabível seria a exoneração de Marcos do cargo comissionado.

- (D) Caso fosse apurada, após o ato de aposentação, a prática de crime contra a administração pública por parte de um servidor do TJDFT no exercício de suas atribuições, então a cassação da aposentadoria haveria de ser perpetrada pelo TCU.

- (E) Considere a situação hipotética a seguir.

Faltando uma semana para a consumação do prazo prescricional quinquenal outorgado à administração para a imposição de penalidade disciplinar, a autoridade competente determinou a abertura de sindicância para a apuração de infração praticada por um servidor. A decisão final, no processo administrativo respectivo, foi proferida um ano depois, concluindo pela imposição da penalidade de demissão a esse servidor.

Nessa situação, não haveria óbice de natureza prescricional à aplicação da penalidade ao servidor.

QUESTÃO 34

Julgue os itens a seguir, relativos às licitações e aos contratos administrativos.

- I - Considere a seguinte situação hipotética.

Concluiu-se, em procedimento próprio, que uma empresa contratada era responsável pela inexecução do contrato que celebrara com o TJDFT. Em consequência, foi declarada a inidoneidade daquela empresa para contratar com a administração pública.

Nessa situação, seria necessária a reabilitação da empresa, declarada por sentença judicial, para que pudesse contratar novamente com a administração pública.

- II - Considere a situação hipotética abaixo.

Adjudicado o objeto da licitação, a empresa vencedora de uma licitação desistiu de executar a obra. Seguindo, então, os ditames do edital, a administração convocou a licitante que se seguia, na ordem de classificação das propostas, para a celebração do contrato nas mesmas condições da proposta vencedora. Essa empresa não aceitou, contudo, executar o contrato naqueles termos, pugnando por fazê-lo em consonância com a proposta que apresentara no certame.

Nessa situação, a conduta das duas empresas caracterizaria descumprimento total da obrigação assumida, em razão de frustrarem o processo licitatório, sujeitando-as às penalidades definidas em lei.

- III - Comete crime o administrador público que, ao dispensar a realização de processo licitatório, não o faz por meio de ato motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos pertinentes.

- IV - A administração pública pode alterar unilateralmente um contrato, quando houver modificação do projeto para melhor adequação técnica aos seus objetivos. Todavia, não é cabível, em tais circunstâncias, pretensão de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato por parte da contratada, quando a alteração implicar majoração de até 25% do preço da obra, já que as propostas apresentadas na licitação devem ser elaboradas tendo em consideração a possibilidade do exercício dessa cláusula exorbitante.

- V - Quando a lei autoriza a realização de licitação sob a modalidade de convite, a administração pode fazê-la sob a forma de concorrência, flexibilizando essa que não se concebe quando o procedimento cabível for o concurso.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (C) II e IV. (E) IV e V.
(B) I e III. (D) III e V.

QUESTÃO 35

Quanto aos atos administrativos e aos poderes e deveres do administrador público, assinale a opção **incorreta**.

- (A) O motivo de um ato administrativo é o seu conteúdo – é o que o ato decide, enuncia, certifica, opina ou modifica na ordem jurídica.
- (B) A administração deve anular os seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade. Todavia, o poder público decairá desse direito em cinco anos se de tais atos decorrerem efeitos favoráveis aos destinatários, salvo comprovada má-fé.
- (C) O ato da administração que determina a destruição de medicamentos impróprios para o uso, por ser auto-executório, independe de autorização judicial para a sua implementação.
- (D) Os atos administrativos negociais são praticados contendo uma declaração de vontade do poder público coincidente com a pretensão do particular, a exemplo da licença para o administrado construir em terreno próprio.
- (E) Tendo em vista o dever de eficiência demandado das ações do poder público, a administração pode responder civilmente pela inércia em atender a uma situação que exige a sua presença para evitar a ocorrência danosa.

QUESTÃO 36

Com relação a partes e procuradores, recurso, preparo e tramitação processuais, julgue os itens seguintes.

- I - Apesar de a lei exigir que as partes sejam representadas em juízo por advogado, admite-se que qualquer uma delas postule em causa própria, ainda que não seja advogado, desde que tenha curso superior.
- II - São isentos de preparo os recursos interpostos pelo ministério público e pela fazenda pública.
- III - A procuração geral para o foro (*ad judicium*) habilita o advogado a receber a citação inicial, a confessar e a reconhecer a procedência do pedido, mas não o habilita a renunciar ao direito sobre o que se funda a ação.
- IV - O advogado tem o direito de examinar, em cartório, autos de qualquer processo, ainda que não advogue para nenhuma das partes, ressalvados os casos de segredo de justiça.
- V - Se o autor não pleitear expressamente a condenação do réu a custas e honorários, a sentença que julgar procedente a ação não poderá impor ao vencido os ônus da sucumbência, sob pena de incorrer em julgamento *ultra petita*.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (C) II e IV. (E) IV e V.
- (B) I e III. (D) III e V.

QUESTÃO 37

Julgue os itens abaixo, referentes aos atos processuais.

- I - A aplicação dos ônus da sucumbência depende da má-fé da parte vencida.
- II - Ocorrendo a morte de uma das partes, o processo será extinto por perda de objeto.
- III - A intimação da fazenda pública é feita pela publicação do ato no Diário Oficial.
- IV - A procuração *ad judicium* não confere ao advogado poderes para ser intimado dos atos do processo, devendo proceder-se, sempre, à intimação pessoal da parte.
- V - Em todos os casos, a intimação do ministério público será feita pessoalmente.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (C) II e IV. (E) IV e V.
- (B) I e III. (D) III e V.

QUESTÃO 38

Logo após a prolação de sentença de mérito que decidiu a lide, e antes que se verificasse o seu trânsito em julgado, foi editada lei que, modificando a competência *ratione materiae*, tornou o juízo prolator incompetente para julgar a causa em questão. Nesse caso, a sentença prolatada

- (A) não transitará em julgado enquanto não for ratificada pelo juízo competente.
- (B) não poderá ser modificada por incompetência do juízo, pois a lei nova não retroagirá para alcançar os atos praticados anteriormente à sua vigência.
- (C) poderá, em exame de recurso de apelação, ser cassada pelo tribunal, por incompetência superveniente do juízo, com a conseqüente remessa dos autos ao juízo competente.
- (D) poderá ser anulada pelo próprio juiz que a prolatou, que remeterá os autos ao juízo competente, independentemente de recurso da parte, por tratar-se de hipótese de competência absoluta.
- (E) poderá ser anulada se o réu, no prazo de quinze dias, suscitar conflito de competência perante o tribunal.

QUESTÃO 39

Com relação à exceção de incompetência e aos atos processuais, assinale a opção correta.

- (A) A superveniência de férias forenses interrompe o curso do prazo, que é então zerado, e só recomeçará a ser contado, na sua totalidade, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término das férias.
- (B) A exceção de incompetência suspende o prazo para oferecimento de contestação.
- (C) O réu que, após contestar o feito, muda seu domicílio, pode exigir que a demanda seja deslocada para o foro de seu novo domicílio, pois a competência territorial é relativa, podendo ser modificada.
- (D) Os feriados suspendem o curso dos prazos, que recomeçam a fluir no primeiro dia útil seguinte ao término daqueles.
- (E) Ao despachar a petição inicial, se o juiz constatar ser absolutamente incompetente para processar o feito, deve, desde logo, suscitar conflito negativo de competência.

QUESTÃO 40

Julgue os itens a seguir.

- I - Se o réu recorrer da sentença, alegando nulidade da citação, e for dado provimento ao seu recurso, serão os autos restituídos à primeira instância, onde se repetirá a citação.
- II - Segundo o princípio de que nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer nos casos e na forma legais, ao Poder Judiciário é vedado apreciar de ofício os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional antes da citação do réu.
- III - A sentença que julga procedente o pedido do autor com base em dispositivo legal diverso daquele invocado pelo autor na inicial deve ser anulada, pois constitui julgamento *extra petita*, inadmitido no processo civil.
- IV - Se o réu alegar, em contestação, tão-somente a carência de ação e esta for rejeitada pelo juiz, abrir-se-á para o réu novo prazo para aditar sua defesa.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 41

Em caso de direito patrimonial, contra a sentença que indefere a petição inicial pela ocorrência de prescrição cabe

- (A) reclamação, porque o juiz não pode, de ofício, decretar a prescrição de direitos patrimoniais.
- (B) apelação, não se admitindo o juízo de retratação, só cabível em embargos de declaração.
- (C) agravo de instrumento, porque, antes da citação do réu, não se aperfeiçoou a relação processual.
- (D) agravo retido.
- (E) apelação, podendo o juiz retratar-se da decisão, reformando-a.

QUESTÃO 42

Considere a situação hipotética em que um indivíduo, domiciliado no Gama – DF, seja atropelado em Taguatinga por veículo da Secretaria de Transportes do DF, dirigido com imperícia por servidor público. Em face dessa situação, eventual ação de ressarcimento dos danos deverá ser proposta perante o(a)

- (A) juízo cível do Gama, foro do domicílio do autor, contra a Secretaria de Transportes do DF, que poderá denunciar a lide ao motorista do veículo.
- (B) Vara da Fazenda Pública do DF, contra a Secretaria de Transportes do DF, que poderá promover a nomeação à autoria do motorista do veículo.
- (C) juízo cível de Taguatinga, local do fato, contra o motorista causador do acidente e contra o DF, em litisconsórcio necessário.
- (D) juízo cível do Gama ou de Taguatinga – domicílio do autor ou local do fato –, contra o DF, que poderá promover o chamamento ao processo do motorista do veículo.
- (E) Vara da Fazenda Pública do DF, contra o DF, que poderá denunciar a lide ao motorista do veículo.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correta.

- (A) Decorrido o prazo de defesa, o réu não mais poderá alegar carência de ação, operando-se a preclusão.
- (B) É lícita, e não ofende a coisa julgada, a propositura de nova ação, com o mesmo objetivo de outra já julgada, com fundamento em novas provas que não foram produzidas na primeira ação.
- (C) Em vez de reconvir, o réu pode propor ação autônoma contra o autor.
- (D) Nas ações declaratórias, o interesse do autor pode cingir-se à mera interpretação de direito em tese.
- (E) O prazo para pagamento do preparo começa a correr a partir da data da intimação do recebimento do recurso pelo órgão *a quo*.

Restrinja-se aos institutos do processo penal brasileiro para responder às questões de 44 a 50.

QUESTÃO 44

Quanto aos princípios constitucionais que informam o processo, o inquérito policial e a ação penal, assinale a opção correta.

- (A) Conforme entendimento dominante no STF, ao estabelecer, sem qualquer ressalva, o princípio do contraditório, a Constituição da República obriga a sua observância em todas as fases do procedimento penal, inclusive no inquérito policial.
- (B) São princípios constitucionais do processo penal: a presunção ou estado de inocência, o contraditório, a publicidade dos atos processuais e o juiz natural.
- (C) A Constituição garante ao tribunal do júri a soberania dos seus veredictos, razão pela qual não poderão os tribunais de justiça anular decisão proferida por aquela instituição.
- (D) Nos crimes sujeitos a ação penal exclusivamente privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime não se estende aos demais.
- (E) Provada a existência do crime, não poderá a autoridade policial relatar o inquérito sem que apure e indície o seu autor.

QUESTÃO 45

Acerca da competência, das incompatibilidades e dos impedimentos, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Na justiça penal comum, a competência pode ser delimitada tanto pela prevenção, quanto pela prerrogativa de função, mas não pela natureza da infração, em razão do princípio da isonomia.
- (B) A incompetência de um juízo poderá ser absoluta ou relativa. Mas, dessas, somente a incompetência absoluta poderá ser argüida e declarada em qualquer instância, por não ser alcançada pela preclusão.
- (C) Se não for conhecido o lugar em que se consumou um crime e não tendo o seu autor domicílio ou residência certos, nem sendo conhecido o seu paradeiro, será competente para conhecer e julgar a ação penal o juiz que primeiro tome conhecimento do fato.
- (D) Estará impedido de funcionar no processo o juiz que houver aí desempenhado as funções de defensor ou advogado, órgão do ministério público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito.
- (E) Não está impedido de funcionar na ação penal o órgão do ministério público que foi designado para acompanhar o inquérito policial e aí haja acompanhado as investigações, participado da coleta de provas e requisitado diligências investigatórias.

QUESTÃO 46

Com relação às medidas assecuratórias, à prova e à sentença penal, julgue os itens abaixo.

- I - O seqüestro pode ser definido como a retenção judicial do bem móvel ou imóvel, havido com as vantagens auferidas com a infração penal, e deverá ser processado perante o juízo cível.
- II - No processo penal, não prescindem de prova os fatos incontroversos relacionados à infração penal (aqueles admitidos pelas partes), mas não há necessidade de se fazer prova dos denominados fatos axiomáticos (aqueles que são evidentes por si mesmos).
- III - Em razão do princípio *nemo iudex ex officio*, a lei processual penal veda ao juiz a produção de prova que não haja sido requerida por uma das partes do processo.
- IV - Se a testemunha for menor de dezoito anos de idade, mas maior de quatorze, o juiz poderá tomar-lhe o compromisso de dizer a verdade, não estando obrigada a ouvi-la como informante.
- V - Se, na sentença, o juiz reconhecer que não há prova da existência do fato imputado na denúncia ou queixa, deverá absolver o réu. Mas, nesse caso, ainda que transitada em julgado, a sentença não fará coisa julgada material, podendo o autor da denúncia ou da queixa formular nova acusação, se obtiver, por meios lícitos, a prova faltante.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

QUESTÃO 47

Com referência às modalidades de prisão processual, assinale a opção correta.

- (A) A prisão em flagrante comporta relaxamento, mas não liberdade provisória.
- (B) Se um crime tiver por vítima autoridade policial, esta não poderá presidir o auto de prisão em flagrante.
- (C) A prisão preventiva tem cabimento nos casos de crime sujeito a ação penal pública, mas não nos casos de crimes sujeitos a ação penal privada.
- (D) A prisão em flagrante não tem cabimento nos casos de crime culposos.
- (E) Dada a sua excepcionalidade, é dispensada a motivação do decreto de prisão temporária.

QUESTÃO 48

Acerca do *habeas corpus* dos sujeitos que intervêm e atuam no processo e a respeito das comunicações dos atos processuais, julgue os itens a seguir.

- I - O *habeas corpus* não tem cabimento nos casos de prisão civil.
- II - O ministério público é uno e indivisível, devendo promover e fiscalizar a aplicação da lei, mas não pode o mesmo promotor de justiça exercer, no mesmo processo, essas duas atribuições.
- III - No caso de advogado constituído pelo réu, somente será ele admitido a funcionar no processo mediante a exibição do competente instrumento de mandato.
- IV - Na ação penal, poderão intervir como assistentes do ministério público o ofendido ou seu representante legal, mas essa intervenção não tem cabimento antes do oferecimento da denúncia.
- V - A citação pode ser feita, validamente, aos domingos e feriados.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

QUESTÃO 49

Quanto às nulidades, aos atos processuais e aos prazos, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Não havendo previsão expressa em contrário, será de dois dias o prazo para que o escrivão execute os atos processuais que lhe sejam determinados por lei ou ordenados pelo juiz.
- (B) Dá-se o nome de termo à documentação de um ato processual levada a efeito por um funcionário ou serventuário da justiça, no desempenho de suas atribuições.
- (C) Os prazos podem ser legais (quando determinados pela lei), judiciais (quando fixados pelo juiz) ou convencionais (quando ajustados entre as partes), sendo que a lei processual penal contém casos de prazos legais e judiciais, mas não de prazos convencionais.
- (D) A lei processual penal rege-se pelo princípio da tipicidade das formas porque prevê os atos que deverão ser realizados no processo e como devem ser esses atos praticados para que se logre êxito na busca da verdade real, razão pela qual qualquer desvio que fuja desse modelo acarretará a nulidade do ato.
- (E) Os prazos são fixados em minutos, horas, dias, meses e anos, sendo que, quando fixados em dias, meses e anos, neles não se computará o dia em que foi a parte intimada, ainda que haja sido uma segunda-feira.

QUESTÃO 50

No que se refere aos recursos, ao processo nos crimes de competência originária dos tribunais e ao juizado especial criminal, julgue os itens que se seguem.

- I - Por lei, o ministério público é obrigado a recorrer da sentença que não acate o pedido de condenação por ele feito nas alegações finais.
- II - Da decisão que denegar a apelação ou julgá-la deserta, caberá carta testemunhável.
- III - O recurso em sentido estrito comporta, como todo recurso, o efeito devolutivo, mas não o efeito suspensivo, que só é admitido na apelação.
- IV - Nos processos de competência originária do STJ, apresentada a denúncia ou queixa, a peça acusatória somente será recebida ou rejeitada após a notificação do acusado para o oferecimento de resposta à acusação deduzida.
- V - Nos juizados especiais criminais, a competência será, em princípio, determinada pelo lugar em que residir o réu, em razão do princípio da celeridade consagrado na lei que os estipula.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.